

**--- ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AZAMBUJA DO DIA 20 DE NOVEMBRO DE 2007. -----**

**--- LOCAL DA REUNIÃO** – Sala de Sessões da Câmara Municipal de Azambuja.-----

--- A reunião teve início às quinze horas e dez minutos e estiveram presentes, pelo Grupo do PS, o Sr. Presidente Joaquim António Ramos e os Srs. Vereadores Luís Manuel Abreu de Sousa, José Manuel Isidoro Pratas e Marco António Martins Leal Pereira, pelo Grupo do PSD, os Srs. Vereadores António José Mateus de Matos e António José Costa da Cruz e, pelo Grupo da CDU, o Sr. Vereador António José da Fonseca Nobre. -----

--- Secretariou a reunião a Directora do Departamento Administrativo e Financeiro, Maria Irene Lameiro dos Santos. -----

**ANTES DA ORDEM DO DIA**

**--- ANÚNCIOS DO PRESIDENTE E VEREADORES**-----

--- O Sr. Presidente informou que a Sra. Vereadora Ana Maria Correia Ferreira será substituída na presente reunião pelo Sr. Vereador António José Costa da Cruz. -----

**--- INTERVENÇÕES DO PÚBLICO** -----

--- Interveio o Sr. Daniel Claro assumindo-se claramente como político, mas um político que pauta as acções diárias pela ética e que tem sempre presente que os projectos de sociedade devem servir os interesses dos cidadãos, apoiando e criticando conforme próprio entender.-----

--- Expôs o seguinte: em Setembro de 2007, olhando para a factura de água ficou incrédulo com o valor apresentado em alguns itens. Depois de investigar, verificou que para além do valor de consumo de água, teria que pagar taxa de resíduos sólidos e de águas residuais.-----

--- No seu entender há uma tendência, a nível nacional, para que os cidadãos que não se podem defender, sejam vítimas de abusos e os cidadãos que têm meios, passem imunes à generalidade das situações.-----

--- Neste caso específico, as taxas são impostas à mercê de uma posição dominante da Câmara (que faz e aprova o Regulamento), não querendo com isto, duvidar de toda a legalidade do processo. Considera que a Câmara deveria contratualizar com o consumidor determinados serviços, caso contrário o consumidor estará completamente impotente.-----

--- Tomou uma posição e enviou à Câmara um vale postal com o valor da água (exclusivamente da água) e aguardou que os Serviços o contactassem para esclarecer a situação. Mas a Câmara reteve o vale postal, durante um mês e só no dia em que tomou uma posição pública e apareceu no jornal (dia 31 de Outubro) é que foi assinado um ofício pelo Chefe da Divisão, que devolveu o vale postal, com a justificação de que não satisfiz o valor em dívida. Para tornar a situação mais caricata, o vale postal caducava no dia 1 de Novembro (feriado). Por isso pretende devolver o vale postal à Câmara, pois, ou existe negligência dos serviços ao reterem o vale postal durante um mês, ou existe algum tipo de provocação ao mandarem o vale postal na véspera de um feriado e de caducar.-----

--- Depois de se deslocar aos serviços do DIOM e depois do Engenheiro que assinou a carta não assumir o erro, uma vez que assina imensas cartas diariamente, deslocou-se à Câmara para falar com o Vereador responsável pelo Pelouro (Sr. Vice-presidente) que o informou que iria falar com o Sr. Presidente de modo a marcar uma reunião com o Sr. Eng. Nelson. -----

--- Entretanto recebeu em casa uma execução fiscal, para pagar o valor em causa, acrescido de juros e na qual ameaçavam a interrupção do fornecimento de água. -----

--- Tem imensas dúvidas, sabendo no entanto que por recomendação da ANMP, as Câmaras estão a lançar e aumentar as taxas mas sabendo também que votou no município de Azambuja e espera que os eleitos locais defendam os interesses dos munícipes e não os penalizem por verbas que o Governo decidiu retirar às autarquias locais. -----

--- Referiu ainda que, quando a Câmara for cortar o abastecimento de água, terá que pagar mas aí irá considerar que foi humilhado e levará às últimas consequências a sua defesa. -----

--- Sobre o Regulamento do Abastecimento de Água referiu ser muito claro quanto às circunstâncias e que pode ser interrompido o fornecimento de água aos cidadãos, “artigo 11º, Suspensão do Fornecimento, b) por falta de pagamento das contas de consumo ou de outros serviços prestados pela entidade gestora, requisitados pelo consumidor e cujo pagamento lhe pertença, nos termos deste Regulamento”, nos termos deste Regulamento não requisitou mais nada, tanto que na Câmara não haverá documento a requisitar outro serviço para além do abastecimento de água.-----

--- Relativamente às águas residuais referiu que o Dec. Lei nº 207/94, art. 18º, Contratos de Fornecimento, estabelece que “1 – a prestação de serviços de fornecimento de água e de recolha de águas residuais é objecto de contrato celebrado entre a entidade gestora e os utilizadores; 2 – quando a entidade gestora for responsável por mais de um dos sistemas, o contrato pode ser único e englobar simultaneamente os serviços prestados.”, depois de consultar o site da Câmara e os impressos de contrato de fornecimento de água, constatou que em nenhuma circunstância faz referência às águas residuais.-----

--- Solicitou que a Câmara tenha bom-senso na análise deste tipo de matéria para rectificar situações menos correctas para com os munícipes.-----

--- Para confirmar toda esta situação caricata, obteve informação dos serviços que as taxas de resíduos sólidos publicitadas no site da Câmara estão desactualizadas e neste momento o seu valor é três vezes superior.-----

--- Pretende devolver o vale postal à Câmara, aguardar que a Câmara corte o abastecimento de água, para só depois pagar a execução fiscal e discutir nas instâncias próprias a legitimidade da Câmara para tal procedimento.-----

--- Interveio o Sr. Presidente respondendo que esta intervenção tocou, teoricamente, em várias dúvidas e angústias de todos os autarcas do país nesta matéria de águas, esgotos e lixo.-----

--- Acrescentou que, a Câmara não tem qualquer prazer em cortar o abastecimento de água aos munícipes, incluindo o cidadão Daniel Claro.-----

--- Referiu as excelentes relações da Câmara com o Sr. Daniel, quer na qualidade de cidadão, quer na qualidade de representante da ACISMA mas acrescentou que é um cidadão num universo de 30.000 munícipes do concelho de Azambuja e daí a numerosa correspondência e automatismo na assinatura diária por parte dos quadros superiores da Câmara.-----

--- Existem três Regulamentos autónomos: Abastecimento de Água, Águas Residuais e Resíduos Sólidos. As dúvidas colocadas acerca das taxas de resíduos sólidos têm vindo ao longo dos anos, a atravessar municípios porque não há qualquer hipótese de efectuar um sistema autónomo de cobrança dos resíduos sólidos e por isso levantam-se dúvidas, quer no plano jurídico, quer no plano constitucional.-----

--- A Câmara teve o cuidado de pegar nos três Regulamentos e solicitar parecer jurídico externo, depois de despoletada esta situação, estando neste momento a aguardar o referido parecer.-----

--- Sobre o aumento da taxa de resíduos sólidos, por estar indexada ao consumo de água é impossível ter triplicado.-----

--- Continuou dizendo que, na qualidade de munícipe também se interroga sobre a discricionariedade das autarquias no que diz respeito à fixação destas tarifas, pois há munícipes a pagar 1% e outros a pagar 15 vezes mais, por isso a Lei determina que até final do ano de 2008, as Câmaras tenham que adoptar todas as tarifas por serviços prestados ao efectivo custo destes serviços. A Câmara terá que iniciar um trabalho profundo, do ponto de vista técnico, no sentido de quantificar as taxas em equilíbrio com o custo efectivo do serviço. Na sua perspectiva

este processo tenderá a homogeneizar este tipo de tarifas a nível nacional e impedir que os municípios entrem em banca rota ou se financiem em função da contrapartida por estes serviços. Em 2009 as taxas e tarifas que não forem fixadas de acordo com este princípio são inconstitucionais.-----

--- Prometeu que a Câmara irá continuar a usar de bom-senso no tratamento desta e de outras matérias.-----

--- O Sr. Daniel Claro respondeu que não espera e rejeita qualquer tipo de benefício neste processo retirado das boas relações que mantém com a Câmara e com o Executivo municipal mas assume que o facto de conhecer todos os Srs. Vereadores presentes permite um melhor e mais rápido esclarecimento sobre qualquer assunto.-----

--- Todos os impostos destinam-se a suprir as necessidades dos cidadãos e o funcionamento da administração pública mas chegou-se ao ponto do cidadão interrogar o porquê de pagar impostos e outras taxas. Por exemplo, o IMI deveria suprir uma necessidade básica, como a recolha do lixo, que considera deveria ser um direito dos cidadãos em virtude dos impostos pagos. O cidadão tende a ser cada vez mais pagador e menos utilizador.-----

--- No seu entender a privatização também não será solução pois os serviços privatizados são cada vez mais caros e com menos qualidade.-----

--- Tudo isto acontece porque os cidadãos não reclamam e protestam nos locais próprios e com quem de direito.-----

--- O Sr. Presidente informou que sobre o IMI, a Câmara apenas fixa as taxas, os coeficientes de localização são fixados pelo Ministério das Finanças, contra o qual a Câmara luta há quatro anos para alterar os critérios de localização.-----

--- Enumerou áreas (educação, usufruto do espaço público, etc.) que têm sido bastante melhoradas em todo o concelho.-----

--- Interveio o Sr. Eng. Acácio Vasconcelos relatando um episódio ocorrido na Rua João Afonso de Azambuja, onde estão a decorrer obras de infra-estruturas, que com a ocorrência das chuvas estava completamente intransitável. Falando com alguns moradores, percebeu o seu descontentamento e indignação, pretendendo expor o problema à Câmara. Estava a tirar algumas fotografias ao local, quando foi abordado por um operador de uma máquina, que depois de o ameaçar, chamou o encarregado, que tentou impedir que permanecesse no local, que não tinha qualquer sinalização nesse sentido. Já em casa resolveu fazer uma exposição dirigida à Câmara e à Inspeção-geral do Trabalho (cópia da qual pretende entregar na Câmara), para que os utentes tenham acesso às suas casas em condições de segurança.-----

--- O Sr. Presidente agradeceu a exposição do problema e irá solicitar responsabilidades ao empreiteiro.-----

#### --- INTERVENÇÕES DOS SENHORES VEREADORES -----

--- Interveio o Sr. Vereador António Nobre que sobre a exposição do munícipe Sr. Daniel Claro, referiu que esta é uma reacção normal para quem leva um “tiro” no bolso. Acrescentou que esta política tem raízes profundas, tanto que aconteceram inúmeros debates nas mais diversas ocasiões, sobre hipóteses a esta política. Tendo em conta o actual estado do sistema e o que de futuro aí vem, todos os munícipes ficarão bastante indignados quando for feita a concessão dos serviços públicos de distribuição de água e de águas residuais.-----

--- Lembrou um compromisso político do PS de que não haveriam taxas de saneamento enquanto as etar's não estivessem a funcionar. Em, algumas freguesias sucede, que nem todos os munícipes têm as suas casas ligadas à etar mas pagam a taxa, como acontece, por exemplo, em Aveiras de Cima. Acrescentou ser tempo de estudar uma solução para a rua Almeida Grandella, Aveiras de Cima, pois os cheiros podridos continuam a incomodar a população.-----

- O Sr. Presidente referiu concordar com a resolução do problema na rua Almeida Grandella mas a Câmara fez uma grande intervenção e um grande investimento na rede e de águas pluviais e esgotos. -----
- Interveio o Sr. Vereador António José Matos, que sobre as obras na freguesia de Azambuja referiu haver total desrespeito pelos munícipes e incapacidade de realizar obras convenientemente porque a Câmara não tem fiscalização suficiente para que episódios, como os já relatados, não ocorram. Apesar de ser favorável à realização das obras não concorda com os métodos adoptados para a realização das mesmas (abertura de imensas frentes de obra que continuam inacabadas). No seu entender as obras arruinaram o comércio da vila porque a falta de estacionamento e o estreitamento das vias faz com que as pessoas passem e não parem.----
- No largo da Feira, os peões não podem transitar em segurança, pois têm que se deslocar pela estrada, por causa da má colocação dos tapumes. -----
- Congratulou-se com a colocação de protecção entre o Jardim Urbano e a EN3 mas com a mudança do mercado mensal, surge o problema de atravessamento de pessoas, pois as únicas passadeiras existem junto à rotunda e junto à estação. -----
- Junto ao ALDI existe um cheiro nauseabundo, pretendendo saber qual a sua origem e qual a possibilidade de actuação da Câmara. -----
- Pretende ainda saber se a etar da Maçussa servirá também Manique do Intendente e Vila Nova de São Pedro ou se estão a decorrer negociações com a AdO para construção de uma etar que servirá estas duas localidades.-----
- Sobre o abastecimento de água, os problemas afectam bastantes munícipes. Nos serviços de água esclareceram que como não há contagem de água durante o mês de Agosto, transita para o mês seguinte. Tem conhecimento de um caso específico de uma munícipe, a quem em Agosto não contaram a água e em Setembro contaram 65m<sup>3</sup>, seria justo uma divisão de 32,5m<sup>3</sup> para cada mês, mas não é isso que acontece. A Câmara cobra no mês de Agosto 19m<sup>3</sup> e no mês de Setembro cobra 46m<sup>3</sup>, que atinge o 4º escalão e daí o valor da factura ser de aproximadamente 150€. Considera inaceitável e que a Câmara deve rever toda esta situação. -----
- O Sr. Presidente respondeu que quando não é possível efectuar a leitura do contador é deixado ao munícipe um postal (com porte pago), solicitando o envio da leitura à Câmara. Nos casos em que não há leitura durante 2 ou mais meses, o consumo de água é dividido pelo número de meses proporcionalmente. Mas pode averiguar, junto dos serviços, o que aconteceu com o caso específico referido pelo Sr. Vereador.-----
- No campo da feira já alertou o empreiteiro para a situação e foi exigida a reposição dos tapumes mais atrás.-----
- Considera que os cidadãos também devem ser responsáveis. Se existem passadeiras junto à estação e junto à rotunda, o acesso das pessoas ao mercado mensal deve ser feito por estes dois locais. A Câmara tem o cuidado de contratar a PSP para controlar a passagem dos peões nas passadeiras.-----
- A ribeira do Valverde tem sido utilizada para descarga e há uma estação elevatória que entrará em funcionamento brevemente e que permitirá que nenhum esgoto doméstico desagüe na ribeira. Depois a Câmara providenciará a sua limpeza e desassoreamento. -----
- A etar da Maçussa está dimensionada para tratar os esgotos da Maçussa, Manique do Intendente e Vila Nova de São Pedro, tanto que era uma hipótese que estava a ser estudada pela AdO, mas como houve um munícipe que generosamente ofereceu um terreno para ser instalada a etar de Vila Nova de São Pedro e Manique do Intendente, já foi comunicada à AdO. A Câmara defende que deve ser aproveitada esta oportunidade e construída uma etar compacta que servirá estas suas localidades.-----

--- Interveio o Sr. Vereador António José Cruz questionando o ponto de situação do Palácio Pina Manique e do posto da GNR, em Manique do Intendente. -----

--- Sobre o Palácio Pina Manique, o Sr. Presidente informou ter sido recebido pelo Sr. Director Regional, onde informou ser urgente a consolidação da fachada, podendo a Câmara avançar com a intervenção desde que tenha a garantia do Ministério da Cultura de que no 1º trimestre de 2008 transferirá para a Câmara a quantia dispendida. Propôs ainda duas alternativas para o Palácio, ou a Câmara, o IPPAR e o Patriarcado fazem um protocolo para valorização e recuperação do edifício ou a propriedade passa para a Câmara e será totalmente de sua responsabilidade a recuperação do monumento. -----

--- Relativamente à GNR, sabe que há intenção de executar uma medida tomada em 2000 para desmobilização dos efectivos do posto. Escreveu ao Sr. Ministro da Administração Interna referindo as posições da Câmara e disponibilizando as instalações da escola primária. -----

--- Interveio o Sr. Vereador Marco Leal lamentando a morte do colaborador da Câmara, José Ananias. Solicitou que se fizesse um minuto de silêncio em sua memória. -----

--- Foi feito um minuto de silêncio. -----

--- Interveio o Sr. Vice-presidente referindo ter informação do Centro de Saúde de que o número médio de utentes do concelho de Azambuja que recorre às urgências nocturnas do Hospital de Vila Franca de Xira, são 7 utentes/ dia. -----

--- Interveio o Sr. Vereador António José Matos referindo que havia um local para instalação do posto da GNR de Aveiras de Cima, questionou se, por ter sido cedido o espaço da Junta de Freguesia, foram retiradas as verbas do PIDDAC. -----

--- Questionou se existem esgotos domésticos a correr para a ribeira do Valverde, então na vila de Azambuja, deveriam haver pessoas a quem não se devia cobrar taxas de saneamento. -----

--- No que diz respeito ao restaurante Páteo Valverde, questionou se já iniciou o pagamento das mensalidades à Câmara, desde quando ou a partir de quando. Sobre o bar da Biblioteca questionou os consumos de água e electricidade. Solicitou cópia do contrato do Páteo Valverde. -----

--- O Sr. Presidente respondeu que a GNR de Aveiras de Cima está muito bem instalada mas quanto ao novo posto esclareceu que o terreno, obrigação da Câmara, está cedido. -----

--- O adjudicatário do Páteo Valverde já assinou contrato e já iniciou o pagamento das mensalidades. Sobre o bar da Biblioteca, a empresa pretende convidar uma IPSS para exploração e gestão do bar. -----

--- O Sr. Vereador António Nobre reiterou o pedido de listagem de dívidas a fornecedores e análise sobre a prestação do serviço de recolha de resíduos sólidos urbanos. -----

--- O Sr. Presidente fez um breve intervalo. -----

--- Reiniciada a sessão o Sr. Presidente informou que a Câmara está a proceder à elaboração do Orçamento, Plano de Actividades e PPI para 2008, estando receptivo a sugestões de todos os Srs. Vereadores. -----

#### --- **APROVAÇÃO DE ACTAS** -----

--- A acta da reunião ordinária realizada no dia 25 de Setembro de 2007 foi aprovada por maioria, com cinco votos a favor e duas abstenções (Sr. Presidente, do PS e Sr. Vereador António José Mateus de Matos, do PSD). A acta foi assinada, sendo a sua leitura dispensada em virtude do seu texto ter sido previamente distribuído pelos membros da Câmara. -----

#### **ORDEM DO DIA**

#### **Ponto 1 – Financiamento Bancário – Proposta nº 84 / P / 2007** -----

--- O Sr. Presidente apresentou a **Proposta** que a seguir se transcreve: -----

--- “*Considerando:* -----

--- o determinado no art. 33º da Lei 53-A/2006 – Lei de Execução Orçamental para 2007 – no respeitante ao acesso a empréstimos de médio e longo prazo para municípios com capacidade de endividamento disponível; -----

--- a necessidade de assegurar financiamento para projectos municipais inseridos e ou a inserir no Plano Plurianual de Investimentos, nomeadamente: -----

--- Intervenção Urbana na Rua Pina Manique-----

--- Arranjos Exteriores do Largo de Tagarro -----

--- Arranjos Exteriores no Largo de Aveiras de Baixo -----

--- Arranjos na Entrada Poente de Azambuja -----

--- Arranjos Exteriores Centro de Saúde de Manique-----

--- Arranjo da Entrada Norte de V. N. S. Pedro -----

--- Intervenção Urbana frente ao Cemitério de Quebradas-----

--- Arranjos Exteriores no Largo da Igreja de Comeiras-----

--- Arranjos Exteriores do Largo D. Rolim de Moura (por cima dos balneários de Azambuja) -----

--- Recuperação dos Largos da Fonte e do Largo Frontal ao Mercado Diário de Alcoentre-----

--- Reconversão da Escola da Maçussa para Centro de Dia -----

--- Arranjos Exteriores da Escola Almeida Grandella de Aveiras de Cima-----

--- Parque Infantil de Chães -----

--- Construção de Jardim em Aveiras de Cima-----

--- Intervenção na Avenida Gago Coutinho em Vila Nova da Rainha. -----

--- Proponho:-----

--- 1. a contratação de financiamento no valor de 942.500€ ao Santander Totta, de acordo com as seguintes condições: prazo de 20 anos, período de carência 2 anos, taxa de juro Euribor a 6 meses (4,669% à data de 14 de Novembro, acrescida de spread 0,10%), conforme informação em anexo;-----

--- 2. que a deliberação a aprovar esta proposta seja sujeita a autorização da Assembleia Municipal, nos termos da alínea d), do art. 53º, da Lei das Autarquias Locais.” -----

--- O Sr. Presidente esclareceu que existem intervenções necessárias de realizar: intervenção urbana na rua Pina Manique (construção de passeios desde o troço já calçetado no 1º mandato até à sede do PS); arranjos exteriores do largo de Tagarro (terreno adquirido); arranjos exteriores no Largo de Aveiras de Baixo (zona do chafariz); arranjos na entrada poente de Azambuja (terreno cedido à Câmara antes das bombas de gasolina); arranjos exteriores Centro de Saúde de Manique do Intendente (reordenamento do triângulo que faz a separação do trânsito); arranjo da entrada norte de Vila Nova de São Pedro (sentido Cartaxo/ Vila Nova); intervenção urbana frente ao cemitério de Quebradas; arranjos exteriores no largo da igreja de Comeiras (reivindicação antiga da população das Comeiras); arranjos exteriores do largo D. Rolim de Moura (por cima dos balneários, atrás da igreja); recuperação dos largos da fonte e frontal ao Mercado Diário de Alcoentre (existe apenas um esboço de ideias); reconversão da escola de Maçussa para centro de dia; arranjos exteriores da escola Almeida Grandella de Aveiras de Cima (em execução); parque infantil de Chães; construção de jardim em Aveiras de Cima; intervenção na Avenida Gago Coutinho em Vila Nova da Rainha (urgente). O valor destas intervenções rondará os 942.500€, tem cabimento na capacidade de endividamento. Foram solicitadas propostas aos bancos, tendo o Santander Totta apresentado a oferta mais vantajosa.

--- Interveio o Sr. Vereador António José Matos referindo que a proposta vem acompanhada de pouca documentação e estranha que se tenha chegado a um valor quando há obras tão pouco definidas (com esboço de ideias), que não se apresente o valor individual de cada intervenção e o porquê destas e não de outras intervenções. -----

--- O Sr. Presidente respondeu que este é um pedido de financiamento para intervenções que os Srs. Vereadores com Pelouros atribuídos entenderam ser necessárias, numa perspectiva de requalificação urbana generalizada a todo o concelho.-----

--- O Sr. Vereador António Nobre registou ter ficado perplexo com algumas nestas obras, que poderiam ser realizadas com receitas correntes da Câmara, considera que não há necessidade imperiosa de recorrer a financiamento bancário para este tipo de intervenções. Chamou a atenção para o facto de, desde a tomada de funções até à presente data, houve um incremento das responsabilidades financeiras assumidas pelo município. Considera que deveria fazer parte da proposta o endividamento da Câmara através da EMIA. Reitera para que haja bom senso e ponderação neste tipo de matéria, uma vez que a taxa de juro já atinge o valor de 4,669%. Defende que a capacidade de endividamento deve ser utilizada para investimentos estratégicos e não para intervenções de embelezamento dos núcleos urbanos do concelho, que deveriam recorrer a receitas municipais.-----

--- O Sr. Presidente respondeu que o endividamento da EMIA não releva para a capacidade de endividamento municipal, segundo a Lei do Sector Empresarial do Estado. Pretende otimizar a capacidade disponível para investimento no orçamento da Câmara (que é muito equilibrado, pois tem receitas correntes a financiar despesas de investimento), complementando com outras modalidades de financiamento que a Lei permite.-----

--- Considera que as obras que dizem respeito à melhoria da qualidade urbana (arranjos do espaço público) são obras estruturantes e fundamentais à melhoria da qualidade de vida dos municípios.-----

--- O Sr. Vereador António José Matos reconheceu a importância da qualidade urbana mas recorda que a Câmara não adquiriu o terreno do Ministério da Justiça por falta de dinheiro, este terreno permitiria desenvolver a área industrial no Alto Concelho, como propriedade da Câmara e também permitiria beneficiar a qualidade de vida dos municípios.-----

--- Concorda com a necessidade de contracção de empréstimos mas critica a forma onde se vai investir, no seu entender há outras prioridades.-----

--- O Sr. Presidente respondeu que a lei não permite a contracção de empréstimos para aquisição de terrenos e por isso a Câmara não poderia adquirir terrenos no valor de 2,5 milhões de euros, valor do orçamento total da Câmara.-----

--- Uma vez posta a votação foi a Proposta n.º 84 / P / 2007 aprovada por maioria, com quatro votos a favor (Grupo do PS) e três abstenções (Grupos do PSD e da CDU).-----

## **Ponto 2 – Empreitada de “Reordenamento Urbano do Campo da Feira de Azambuja” –**

### **Pedido de suspensão de trabalhos – Proposta Nº 83 / P / 2007-----**

--- O Sr. Presidente apresentou a **Proposta** que a seguir se transcreve:-----

--- *“Considerando que a empreitada 78/05 – Reordenamento Urbano do Campo da Feira de Azambuja, foi adjudicada à Empresa Construções Pragosa.-----*

--- *Considerando o pedido de suspensão dos trabalhos efectuado pela Câmara e a informação nº 1614/07 de 24/09/2007 do DIOM.-----*

--- *Proponho:-----*

--- *Que seja ratificado o despacho do Sr. Presidente de Câmara de 26 de Setembro de 2007, favorável à suspensão dos trabalhos da referida empreitada até ao dia 28/10/2007.”-----*

--- O Sr. Presidente esclareceu que a presente proposta visa solicitar à Câmara a ratificação de um despacho para suspensão da empreitada de Reordenamento Urbano do Campo da Feira de Azambuja, até ao dia 28 de Outubro, de modo a poder-se realizar o mercado mensal de Outubro e para se poder corrigir algumas indefinições do projecto.-----

--- O Sr. Vereador António José Matos apontou uma incorrecção na proposta, pois refere que o pedido de suspensão dos trabalhos foi apresentado pelo empreiteiro. -----

--- O Sr. Presidente concordou alterar a proposta que ficou com a seguinte redacção: "Considerando o pedido de suspensão dos trabalhos efectuado pela Câmara e a informação nº 1614/07 de 24/09/2007 do DIOM."-----

--- Uma vez posta a votação foi a Proposta n.º 83 / P / 2007 aprovada por unanimidade. -----

**Ponto 3 – Atribuição de Apoios Financeiros:** -----

**– Juntas de Freguesia – Proposta Nº 82 / P / 2007** -----

--- O Sr. Presidente apresentou a **Proposta** que a seguir se transcreve: -----

--- "Considerando que:-----

--- com a aproximação da época natalícia as Juntas de Freguesias do Concelho pretendem instalar em diversos espaços públicos iluminação de Natal;-----

--- a Câmara tem apoiado em anos anteriores as Juntas de Freguesia na aquisição e instalação de iluminação de Natal;-----

--- é competência da Câmara deliberar sobre formas de apoio às Freguesias.-----

--- Proponho:-----

--- que a Câmara aprove a atribuição das verbas abaixo indicadas às Juntas de Freguesia, a título de comparticipação na iluminação de Natal-----

Junta de Freguesia de Alcoentre	2.500 Euros
Junta de Freguesia de Aveiras de Baixo	2.000 Euros
Junta de Freguesia de Aveiras de Cima	2.500 Euros
Junta de Freguesia de Azambuja	1.500 Euros
Junta de Freguesia da Maçussa	1.500 Euros
Junta de Freguesia de Manique do Intendente	2.000 Euros
Junta de Freguesia de Vale do Paraíso	1.500 Euros
Junta de Freguesia de Vila Nova da Rainha	1.500 Euros
Junta de Freguesia de Vila Nova de S. Pedro	1.750 Euros
<b>TOTAL</b>	<b>16.750 Euros</b>

--- O Sr. Presidente esclareceu que esta é uma proposta anual para atribuição de subsídio às Juntas de Freguesia, a título de comparticipação na iluminação de Natal.-----

--- Uma vez posta a votação foi a Proposta n.º 82 / P / 2007 aprovada por unanimidade. -----

**– Estratos Sociais Desfavorecidos:** -----

**– Proposta Nº 29 / VP / 2007** -----

--- O Sr. Vice-presidente apresentou a **Proposta** que a seguir se transcreve: -----

--- "Considerando que:-----

--- A.M.S.C. reside numa freguesia do Concelho de Azambuja na qual habita com a mãe;-----

--- A.M.S.C. de 39 anos de idade, encontra-se reformada por invalidez desde Junho de 2007 por sofrer de doença crónica, e que subsiste apenas com a reforma e com a da sua mãe; -----

--- A.M.S.C. tem dificuldades de locomoção, tendo que fazer fisioterapia diariamente e tem internamentos trimestrais;-----

--- Devido ao seu problema de saúde não consegue entrar para dentro da banheira para fazer a sua higiene pessoal;-----

--- De acordo com o parecer técnico do Eng. do DIOM será necessário substituir a banheira por uma base de chuveiro, de forma a melhorar as condições de mobilidade da Munícipe;-----

--- Propõe-se que: -----

--- A situação seja integrada no Programa de Atribuição de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, com material no valor de 340,00€ (valor com IVA incluído), que tem pagamento no Código do Plano 08.02.05 da rubrica 03/02.01.21.” -----

--- O Sr. Vice-presidente esclareceu que esta proposta visa a atribuição de 340,00€ em material, para melhoramento das condições habitacionais de uma família integrada no Programa de Atribuição de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos.-----

--- Uma vez posta a votação foi a Proposta n.º 29 / VP / 2007 aprovada por unanimidade. -----

**– Proposta Nº 41 / V-ML / 2007**-----

--- O Sr. Vereador Marco Leal apresentou a **Proposta** que a seguir se transcreve:-----

--- “Considerando: -----

--- as competências atribuídas às autarquias pelo Dec. Lei nº 159/99, no âmbito dos Tempos Livres e Desporto, nomeadamente no que concerne ao planeamento, gestão e investimentos em instalações e equipamentos para a prática desportiva e recreativa;-----

--- que foram aprovadas pela Câmara, através da proposta nº 28/V-ML/2007, as Normas de Funcionamento do Complexo de Piscinas de Azambuja, bem como o Tarifário da Natação para o ano lectivo 2007/ 2008;-----

--- o pedido efectuado pela encarregada de educação de D. Rodrigues de 14 anos de idade para isenção de pagamento da mensalidade com base em relatórios médicos e incapacidade económica;-----

--- a avaliação da situação socio-económica realizada por uma técnica do serviço social da DSAS – Divisão de Saúde e de Acção Social Escolar este agregado familiar se encontra no Escalão B. -----

--- Tenho a honra de propor: -----

--- que a D. Rodrigues frequente as aulas de natação, usufruindo de desconto de 50% no pagamento da respectiva mensalidade.”-----

--- O Sr. Vereador Marco Leal esclareceu que esta proposta diz respeito a autorização para desconto de 50% no pagamento da mensalidade de frequência de aulas de natação, uma vez que esta família tem dificuldades económicas. -----

--- Uma vez posta a votação foi a Proposta n.º 41 / V-ML / 2007 aprovada por unanimidade. -----

**– Proposta Nº 43 / V-ML / 2007**-----

--- O Sr. Vereador Marco Leal apresentou a **Proposta** que a seguir se transcreve:-----

--- “Considerando: -----

--- as competências atribuídas às autarquias pelo Dec. Lei nº 159/99, no âmbito dos Tempos Livres e Desporto, nomeadamente no que concerne ao planeamento, gestão e investimentos em instalações e equipamentos para a prática desportiva e recreativa;-----

--- que foram aprovadas pela Câmara, através da proposta nº 28/V-ML/2007, as Normas de Funcionamento do Complexo de Piscinas de Azambuja, bem como o Tarifário da Hidroginástica para o ano lectivo 2007/ 2008;-----

--- o pedido efectuado por M.A. Betão de 56 anos de idade para isenção de pagamento da mensalidade com base em relatórios médicos e incapacidade económica;-----

--- a avaliação da situação socio-económica realizada por uma técnica do serviço social da DSAS – Divisão de Saúde e de Acção Social. -----

--- Tenho a honra de propor: -----

--- que M.A. Betão frequente as aulas de hidroginástica, usufruindo de isenção do pagamento da respectiva mensalidade.”-----

--- O Sr. Vereador Marco Leal esclareceu que esta proposta vem no mesmo sentido da anterior mas neste caso propõe-se a isenção do pagamento da mensalidade das aulas de hidroginástica. -----

--- Uma vez posta a votação foi a Proposta n.º 43 / V-ML / 2007 aprovada por unanimidade. -----

**– Agrupamento de Escolas de Vale-Aveiras – Proposta Nº 39 / V-ML / 2007 -----**

--- O Sr. Vereador Marco Leal apresentou a **Proposta** que a seguir se transcreve: -----

--- “Considerando: -----

--- a responsabilidade da autarquia no fornecimento de refeições aos alunos do ensino pré-escolar (Dec Lei 159/99);-----

--- o facto da auxiliar de acção educativa do Agrupamento de Vale Aveiras que presta serviço no Jardim de Infância de Vale do Paraíso se encontrar de baixa médica;-----

--- a insuficiência de uma auxiliar no apoio ao refeitório. -----

--- Tenho a honra de propor: -----

--- A atribuição da verba de 300€ ao Agrupamento de Escolas de Vale-Aveiras para pagamento de tarefa que acompanhe os alunos do Jardim-de-infância de Vale do Paraíso durante o seu período de almoço, até à solução definitiva desta situação.”-----

--- O Sr. Vereador Marco Leal informou ser responsabilidade da autarquia o fornecimento de refeições no ensino pré-escolar. Neste momento a auxiliar de acção educativa do Agrupamento Vale-Aveiras que presta serviço no jardim-de-infância de Vale do Paraíso encontra-se de baixa médica, havendo insuficiência de pessoal no apoio ao refeitório. Propõe-se a atribuição de 300€ para pagamento de uma tarefa que acompanhe os alunos do jardim-de-infância de Vale do Paraíso durante o período de almoço, até resolução definitiva da situação.-----

--- Uma vez posta a votação foi a Proposta n.º 39 / V-ML / 2007 aprovada por unanimidade. -----

**– Centro de Cultura e Desporto do Pessoal da C.M.A. – Proposta Nº 39 / V-ML / 2007 -----**

--- O Sr. Vereador Marco Leal apresentou a **Proposta** que a seguir se transcreve: -----

--- “Considerando: -----

--- Que é competência da Câmara Municipal de Azambuja deliberar e apoiar ou participar pelos meios adequados, obras, eventos e actividades de interesse Municipal, de natureza Cultural, Desportiva e Recreativa, - cfr. al. b) do nº 4 do art. 64 da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro alterada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro; -----

--- Que o Centro de Cultura e Desporto do Pessoal da Câmara Municipal de Azambuja organizou no passado dia 27 de Outubro o seu 12º Rallie Paper; -----

--- Que, como tem sido habitual, a participação no Rallie não foi apenas limitada aos Sócios da Colectividade, mas também a todos os Municipais;-----

--- O facto da Organização do Rallie se preocupar em dar a conhecer aos participantes as várias Freguesias do Concelho, como foi o caso deste ano, percorrendo as freguesias de Manique do Intendente, Vila Nova de São Pedro e Alcoentre; -----

--- A despesa efectuada pela Colectividade na organização do evento, conforme officio anexo. ---

--- Tenho a honra de propor: -----

--- A atribuição de um apoio financeiro no valor de 984,77€ (novecentos e oitenta e quatro euros e setenta e sete cêntimos) ao Centro de Cultura e Desporto do Pessoal da Câmara Municipal de Azambuja, de forma a minimizar a despesa efectuada com a Organização do seu 12º Rallie Paper.”-----

--- O Sr. Vereador Marco Leal esclareceu que o CCD organizou o 12º Rallie Paper, no passado dia 27 de Outubro, de modo a participar despesas efectuadas com a realização do evento, propõe a atribuição de 984,77€. -----

--- Uma vez posta a votação foi a Proposta n.º 40 / V-ML / 2007 aprovada por unanimidade. -----

**– Indemnização (Programa Férias Desportivas) – Proposta Nº 42 / V-ML / 2007-----**

--- O Sr. Vereador Marco Leal apresentou a **Proposta** que a seguir se transcreve: -----

--- “*Considerando:* -----

--- *as competências atribuídas às autarquias locais no âmbito dos Tempos Livres e Desporto pelo Dec Lei nº 159/99, nomeadamente no que concerne em “ apoiar actividades desportivas e recreativas de interesse municipal”;* -----

--- *os objectivos estabelecidos para o Programa Férias Desportivas para a promoção e desenvolvimento da actividade física/ modalidades desportivas e ocupação de tempos livres;*-----

--- *a responsabilidade da guarda dos menores no período em que decorre o referido Programa por parte dos serviços municipais;*-----

--- *a ocorrência de um furto a todos os elementos de um grupo que praticava windsurf na Praia do Tejo;*-----

--- *que o seguro de responsabilidade civil efectuado não cobre este tipo de ocorrência.* -----

--- *Tenho a honra de propor:* -----

--- *A atribuição da verba de um apoio financeiro de modo a cobrir as despesas/ indemnização no valor de 50€ a cada um dos lesados.”* -----

--- O Sr. Vereador Marco Leal esclareceu ser hábito a realização de Férias Desportivas durante o Verão. Este ano ocorreu um furto a um grupo de crianças que praticava windsurf na Praia do Tejo mas o seguro não cobre este tipo de ocorrência, assim propõe-se a atribuição de 50€ a cada um dos lesados de modo a cobrir as despesas, ou seja, a indemnizá-los. -----

--- Uma vez posta a votação foi a Proposta n.º 42 / V-ML / 2007 aprovada por unanimidade. -----

**Ponto 4 – Informações-----**

**4.1. Informação N.º 16 / P / 07-----**

--- “*Assunto: Modificação ao orçamento*-----

--- *Considerando o teor da Proposta n.º 5-A / P / 2005 que delega no Presidente da Câmara competência para a elaboração de Alterações ao Plano de Actividades Municipais, ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Orçamento e, nos termos do nº 3, do art. 65º, do Decreto-lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas, informo a Câmara sobre a realização das seguintes modificações orçamentais, datadas de 13 de Novembro, que se anexam:*-----

--- *16ª Alteração ao Orçamento da Despesa*-----

--- *15ª Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos*-----

--- *12ª Alteração ao Plano de Actividades.”*-----

--- A Câmara tomou conhecimento.-----

**4.2. Departamento de Urbanismo – Despachos do Mês de Outubro-----**

--- A Câmara tomou conhecimento.-----

**ACTA – APROVAÇÃO POR MINUTA-----**

--- A acta da presente reunião foi aprovada por minuta, no final da reunião, nos termos de n.º 3, do art. 18.º, do Regimento da Câmara Municipal de Azambuja, aprovado em 28 de Outubro de 2005.-----

--- **Encerramento**-----

--- Eram dezoito horas e cinco minutos quando o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião.----

--- Para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pelo Sr. Presidente e pela Directora do Departamento Administrativo e Financeiro, Maria Irene Lameiro dos Santos, sob cuja responsabilidade foi elaborada.-----